30 DE SETEMBRO DE 2020
39ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS
Secretaria: VINÍCIUS CAMARINHA e WELLINGTON MOURA

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em votação o requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20.
2 - CORONEL TELHADA
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, em nome do PP.
3 - BARROS MUNHOZ
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, em nome do PSB.
4 - MÁRCIA LULA LIA
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, em nome do PT.
5 - MILTON LEITE FILHO
Assume a Presidência.
6 - TEONILIO BARBA LULA
Para questão de ordem, lembra o ocorrido na sessão anterior, quando o deputado Coronel Telhada assumiu a Presidência com o presidente Cauê Macris em plenário. Questiona o porquê do deputado Milton Leite Filho estar presidindo esta sessão, já que o vice-presidente desta Casa se encontra em plenário.
7 - PRESIDENTE MILTON LEITE FILHO
Esclarece que o deputado, vice-presidente desta Casa já discutiu o projeto anteriormente, e desta forma não pode assumir a Presidência.
8 - MARINA HELOU
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, em nome da Rede.
9 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Assume a Presidência.
10 - CAMPOS MACHADO
Solicita uma verificação de presença.
11 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Constata, visualmente, quórum regimental.
12 - DOUGLAS GARCIA
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, em nome do PTB.
13 - CASTELLO BRANCO
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, em nome do PSL.
14 - PAULO LULA FIORILO
Para questão de ordem, comenta o uso de máscaras em plenário. Informa que há deputados sem máscara no local. Diz ser fundamental que os parlamentares respeitem o ato do presidente, que trata exatamente deste assunto e estabelece as regras. Pede que a decisão da lei federal e do ato desta Casa possa ser respeitada por todos.
15 - PROFESSORA BEBEL LULA
Solicita uma verificação de presença.
16 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida pela constatação de quórum.
17 - EMIDIO LULA DE SOUZA
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, em nome da Minoria.
18 - MÁRCIA LULA LIA
Para questão de ordem, faz referência ao artigo 31 do Regimento Interno, na qual a CCJ deve se manifestar a respeito da constitucionalidade de todos os assuntos. Ressalta que o relator especial designado para a análise do projeto não se manifestou a respeito da constitucionalidade do artigo 2º do projeto, referente ao Itesp. Menciona normativas referentes ao assunto, incluindo a Constituição Federal. Pede ao presidente que a questão seja apreciada.
19 - HENI OZI CUKIER
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, em nome do Novo.
20 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA
Para questão de ordem, pede novamente que todos os parlamentares usem máscara. Diz ser uma regra que precisa ser cumprida.
21 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Solicita que todos os deputados usem as máscaras.
22 - PAULO LULA FIORILO
Para questão de ordem, sugere que a Mesa oriente novamente os deputados para o uso de máscaras. Esclarece que, aqueles que não quiserem se comportar de acordo com a regra, saiam do plenário.
23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Reafirma a orientação para que todos os deputados usem máscara em plenário.
24 - LECI BRANDÃO
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, em nome do PCdoB.
25 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, em nome do PSOL.
26 - MARCIO NAKASHIMA
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, em nome do PDT.
27 - CAMPOS MACHADO
Para questão de ordem, diz ter impetrado dois mandados de segurança contra este projeto. Informa que foi deixada a critério do Colegiado a apreciação do mérito deste projeto. Questiona o presidente se este projeto será votado mesmo com este risco.
28 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Disse que será votado.
29 - ADRIANA BORGO
Encaminha a votação do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, em nome do PROS.
30 - ARTHUR DO VAL
Para questão de ordem, pergunta o horário de encerramento desta sessão.
31 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Informa o horário de encerramento da sessão.
32 - GIL DINIZ
Para questão de ordem, lê o artigo 194 do Regimento Interno, referente ao encerramento da discussão. Questiona o número regimental de assinaturas apresentado no requerimento de encerramento da discussão. Exibe a cópia do requerimento, com 34 assinaturas. Informa que uma das assinaturas está rasurada. Diz não ter encontrado alguns destes deputados nem hoje e nem ontem nesta Casa. Lê o nome dos deputados que assinaram o requerimento. Solicita a suspensão da sessão para conferir as assinaturas, e assim verificar se há o número regimental.
33 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Indefere o pedido do deputado.
34 - ARTHUR DO VAL
Encaminha a votação de requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, em nome do Patriota.
35 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20.
36 - CAMPOS MACHADO
Solicita uma verificação de votação.
37 - MARCIO NAKASHIMA
Para comunicação, rebate o pronunciamento do deputado Arthur do Val. Posiciona-se contrariamente ao PL 529. Ressalta que em nenhum momento parou de trabalhar durante a pandemia. Informa ter visitado as instituições listadas no projeto para serem extintas. Esclarece que o deputado Arthur não tem o direito de dizer a forma como ele deve votar ou se comportar. Diz ter sido eleito com o voto do povo. Afirma que ajuizou dois mandados de segurança contra o projeto em discussão. Esclarece que não precisa provar nada a ninguém.
38 - TEONILIO BARBA LULA
Para reclamação, questiona o presidente por não ter permitido sua questão de ordem, que disse ser soberana, após o pronunciamento do deputado Arthur do Val. Ressalta que o presidente não honrou com a sua palavra. Comenta possíveis valores oferecidos pelo governo para que os deputados aprovem o projeto. Informa que fará um pedido de abertura de CPI para investigar esta votação. Pede que quem for contra o projeto, assine este pedido.
39 - TEONILIO BARBA LULA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.
40 - DANIEL JOSÉ
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Novo.
41 - LECI BRANDÃO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PCdoB.
42 - RODRIGO GAMBALE
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSL.
43 - ED THOMAS
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.
44 - ERICA MALUNGUINHO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSOL.
45 - ADRIANA BORGO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PROS.
46 - ALEX DE MADUREIRA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.
47 - DOUGLAS GARCIA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PTB.
48 - MARCIO NAKASHIMA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PDT.
49 - MARINA HELOU
Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Rede.
50 - ARTHUR DO VAL
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Patriota.
51 - ISA PENNA
Para questão de ordem, pede que seja encerrada a sessão, já que passou do horário regimental.
52 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Diz que estavam em processo de votação.
53 - CAIO FRANÇA
Para questão de ordem, questiona o quórum para aprovação do projeto.
54 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Diz serem necessários 48 votos para aprovação do requerimento.
55 - WELLINGTON MOURA
Para questão de ordem, questiona o presidente se algum deputado votasse "não" se seria válido.
56 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Responde o deputado Wellington Moura. Afirma que nenhum deputado pode ser impedido de realizar o seu voto. Informa o resultado da verificação de votação, que não atinge quórum para a deliberação do requerimento. Encerra a sessão.
* * *
- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.
* * *
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
Ordem...
O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Ordem do Dia.
* * *
- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o requerimento de encerramento da discussão do Projeto de lei nº 529, de 2020.
O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Delegado Olim tinha pedido primeiro.
O SR. DELEGADO OLIM - PP - Queria encaminhar o Coronel Telhada pelo Progressistas.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o deputado Coronel Telhada para encaminhar, em nome da liderança do Progressistas.
O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, colocar mais uma vez a minha posição contra o Projeto 529.
Fui sempre muito claro aqui, acho que desde o primeiro momento. A minha posição sempre foi contra o projeto. Existem vários pontos no projeto que eu não tenho como concordar. Isso ficou muito bem claro aqui em todas as minhas falas.
Agora eu só pedi para o deputado Delegado Olim, meu líder, permissão para poder encaminhar em nome do Partido Progressista para deixar bem claras as acusações que foram feitas contra mim aqui.
Achei levianas as acusações, de mau gosto e desnecessárias. Gozado que o pessoal que deveria estar prestando atenção está todo no celular agora. Mas deixar bem claro que eu nunca apontei o dedo para nenhum deputado aqui, nunca. Muitas vezes, inclusive, contra vários pontos que foram apresentados.
O deputado Cauê Macris falou comigo, pediu que eu assumisse a Presidência, que ele não poderia estar presente e assim o fiz. Quando foi constatado pelo deputado Caio França que havia uma gravação, pedi para que fosse vista e constatada imediatamente. Está aí o Caio França. Se o presidente não tivesse feito a gentileza de assumir, como ele o fez, eu teria abandonado realmente a Presidência, o que seria muito pior.
Agora, eu queria lembrar uma coisa aos Srs. Deputados, que nós estamos aqui hoje presentes por causa de mim. Queria lembrar que muitos dos senhores que estão aqui não queriam estar, queriam estar em casa a esta hora, falando por vídeo conferência. Aí alguém tinha dúvida de que esse projeto ia passar ou não.
Então, queria que os Srs. Deputados que se manifestaram de maneira leviana que pesassem a consciência e depois viessem pedir desculpas em público, se possível, porque essa acusação, além de infundada, é leviana. Leviana. Os senhores estão aqui hoje por causa de mim e outros deputados, deputada Janaina e outros deputados, que batemos pé nesta Casa.
Até me indispus com o deputado Campos Machado. Foi uma disputa sadia, porque ele era um dos defensores de permanecer em casa, eu fui contra e acabamos, até o Barba esteve conosco, no princípio até queria, depois entendeu nossos motivos. E os senhores estão aqui hoje votando presencialmente por causa deste deputado.
Então, aqui, mais uma vez, eu quero repudiar as acusações que foram feitas de maneira leviana, inclusive contra o presidente, porque eu cito, digo, tenho certeza de que o governo não tem esses votos.
Os senhores verão, porque realmente a gente sabe que o projeto é ruim, o projeto vai aumentar impostos, o projeto traz uma série de desempregos para 5.600 funcionários e não sou eu que, sendo funcionário público, votaria pela demissão de funcionários.
Lembrando, também, que essa primeira sessão não teria sido concluída porque havia muita gente para fazer discussão ainda, então nós não entraríamos no projeto. Então, Sr. Presidente, só fiz questão - agradeço ao deputado Olim -, fiz questão de vir aqui dizer bem claro, porque eu não tenho nenhum benefício no governo, nenhum cargo, nenhum, nada.
Então não sou eu aqui que vou defender o governo, tenho certeza disso. A minha posição é bem clara, sempre foi, desde o início. Sou contra o Projeto 529, junto com os demais deputados do grupo PDO, e, se houver necessidade - se houver necessidade -, nós votaremos "não", porque acho que nem condições de se votar esse projeto haverá hoje.
Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Nós gostaríamos, da bancada do PSB, de encaminhar o nosso comandante, deputado Barros Munhoz.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o deputado Barros Munhoz para encaminhar, em nome da liderança do PSB.
O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Assessores da Assembleia, policiais, pessoas poucas que nos assistem, senhores da imprensa, telespectadores da TV Assembleia, eu quero começar aqui, agora, fazendo uma grave denúncia. Gravíssima denúncia.
O deputado Arthur "Vai-vai" recebeu um milhão de reais para fazer as acusações que fez aqui. Tudo mentira. Foi isso que ele fez. Não se pode fazer isso, o Regimento proíbe.
Ninguém pode vir aqui a esta Casa e fazer o que ele fez, meus amigos do PT, meus amigos de todos os partidos. Meu líder Camarinha, muito obrigado por me ceder a palavra. Caio França, meu irmão, muito obrigado por me ceder a palavra, mas eu não posso me conformar com isso. Isso não é democracia, isso não é Parlamento.
Eu nunca vi isso na história da humanidade. Eu não conheço um Parlamento no mundo onde alguém se arvora julgador de todos os seus colegas e fica apontando o dedo como se fossem criminosos, ganhando dinheiro.
Nós não podemos aceitar isso. Aliás, o Regimento proíbe isso. Eu vou ler. Está aqui, Art. 110, Item 14: "Nenhuma deputada ou deputado poderá referir-se à Assembleia ou a qualquer de seus membros e, de modo geral, a qualquer representante do Poder Público de forma descortês ou injuriosa".
Meu Deus do céu, vamos embora para casa, minha gente. Se for para participar de um Parlamento assim, é melhor ir embora para casa. Que raio de democracia que nós estamos querendo? Vamos divergir.
Eu tenho divergências com relação a esse projeto e vou votar a favor. Por quê? Porque eu acredito que nós vamos continuar lutando e vamos conseguir o que o projeto não concede, mas que irá, na luta, nós vamos conseguir, como tanta coisa que nós conseguimos nesta Casa. Nós não vamos esmorecer, nós vamos perder uma batalha, mas não vamos perder a guerra.
Eu quero dar os parabéns, publicamente, aqui, à deputada Janaina, que é uma pessoa que eu admiro, que eu respeito. Eu vou mais longe, que um dia vai ser presidente da República do Brasil. Eu tenho certeza absoluta disso. Ela é coerente e ela respeita as pessoas.
Eu tenho compromissos com a minha terra, sim, e não me envergonho disso. Hoje faz 30 anos que Itapira tem um hospital municipal digno. Pobre e rico lá são atendidos do mesmo jeito. Quem não tem dinheiro tem saúde, é bem tratado, coisa que não acontece no Brasil inteiro. Eu lutei, dei minha vida, grande parte dela, para que isso acontecesse.
Eu tenho 44 anos de política. Sofri todos os processos do mundo em uma perseguição bárbara do Ministério Público. Nunca fui condenado a nada, sempre absolvido.
Não tive mais condição de pagar o meu plano de saúde. Estou fazendo 76 anos e, se ficar doente, vou ser tratado no Hospital Municipal de Itapira. Eu não posso me conformar com isso daí. Eu não posso me conformar com isso.
Vocês estão sendo incoerentes. Como vocês acham que de 7% o aumento do remédio vai para 18? Não vai. De 7 para 18 o benefício fiscal, sim. É benefício fiscal, sim. Alíquota é 18. Se foi reduzida para 7, 11 é benefício.
Qualquer jurista de qualquer lugar do mundo vai reconhecer isso. Muito bem. É sobre os 11 que vai ter os 20% de aumento. Ou melhor... É, de aumento. Vai cortar 20% do benefício. O benefício é 11. Quem tem zero hoje eu ouvi dizer que vai para 18. Não vai. Quem tem zero, vai para 3,6, certo? É 20 por cento. Mas não é 18.
Mas eu vou falar uma coisa que vocês, do PT, vão ficar estarrecidos. É tanta incoerência que eu estou vendo aqui, minha gente, mas tanta abobrinha, tanta abobrinha que eu falo: meu Deus do céu, o que é isso? Aumento de imposto.
Meu amigo Ed falou que as indústrias todas estão indo embora. Estão não. O que ele sofre lá em Prudente, eu sofro em Itapira. Vai tudo para Jacutinga ou aqui vai tudo para Extrema. É guerra fiscal.
Aí eu ouço todo santo dia aqui neste plenário o PT, o PSL, o PSOL dizerem: "Vamos parar com as desonerações, vamos acabar com os benefícios fiscais, 43 bilhões de incentivos fiscais.". Pois é, agora está querendo baixar e vocês estão reclamando. Vocês estão reclamando que se esteja baixando os benefícios fiscais. Deu para entender? Ninguém entende, ninguém entende. É o fim do mundo!
O PT não quer que baixe de 43. Quarenta e três menos vinte é menos oito, vai dar 35. Eles querem que fique 43. Estão percebendo? Isso é incoerência, minha gente. Vão fazer política com dignidade. Nós temos gente morrendo. Este País é injusto. A nossa Justiça não funciona.
Parabéns à Polícia Federal. Danilo, já te dei e quero reiterar, essa está nos honrando, prendendo bandido, não fazendo o que o Moro fazia, oba-oba, como o Arthur "Vai-vai" veio aqui fazer.
Ele não pode fazer isso. Ele não pode fazer. Voltaire: não acredito em uma palavra do que falas, mas defenderei até a morte o direito de poder falar. É isso, minha gente, o que é democracia.
O que nós estamos vivendo aqui, hoje, precisa ser apagado da história da Assembleia. Por favor, presidente, apague das notas taquigráficas todas as palavras, e algumas criminosas.
Ele chamou não só o governador de lixo, chamou todos os deputados do PSDB de lixo. Ele não pode fazer isso. Quem é ele? Quem é ele? Vai-vai para onde, que se arvora no direito de vir aqui enfiar o dedo no nariz de cada um?
Minha gente, não quero ser candidato mais, estou desencantado, estou desiludido. Acho que perdi 44 anos da minha vida. Abandonei família, abandonei os meus interesses, as minhas paixões, até o meu Corinthians foi. Eu estou muito chocado. Eu não esperava viver o que eu estou vivendo.
Eu quero lhes pedir, por favor, humildemente, eu quero lhes pedir pelo amor de Deus, não vamos manchar e avacalhar a nossa Assembleia Legislativa. Aqui é a casa da verdade, aqui é a casa da verdadeira política. Vamos divergir, vamos lutar, mas não vamos fazer essa ofensa criminosa de uns contra os outros.
Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Recebo a solicitação de V. Exa. e vou analisar o pedido.
O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para indicar a deputada Márcia Lia para falar em nome da bancada do PT.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra V. Exa. para encaminhar pela liderança do PT.
A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Muito boa noite a todos e a todas. Primeiro eu quero corrigir um equívoco da fala do deputado Barros Munhoz. A bancada do Partido dos Trabalhadores defende a transparência dessas isenções, que são R$ 43 bilhões em isenções e ninguém sabe quais são as empresas, ninguém sabe quem é que se isenta nesses R$ 43 bilhões.
Nós defendemos transparência para que os deputados, para que o Tribunal de Contas do Estado, para que a população saiba, de verdade, quem é que recebe essas benesses enquanto falta dinheiro na Saúde, falta dinheiro na Educação; as escolas públicas estão caindo, não tem professor suficiente, as universidades também. Agora, vem aqui dizer que o PT não quer isenção, não quer diminuir?
Dito isso, eu quero falar de situações muito graves que traz esse projeto de lei e eu quero falar, especificamente, do Itesp, deputada Leci Brandão, o fim do Itesp para a assunção da Secretaria da Agricultura.
A Secretaria da Agricultura tem um dos menores orçamentos do estado de São Paulo. Outrora chegou a ser 4% o orçamento, agora está 0,3%. Nem meio por cento. As Casas da Agricultura estão sem trabalhar porque não têm nenhuma condição de dar assistência, estão à míngua.
E aí vai dizer que a Secretaria da Agricultura vai absorver a regularização fundiária? Mentira! Eles vão passar para os interessados nas terras devolutas, são as terras do Estado. Tem processos julgados pela Justiça no Pontal do Paranapanema, no sudoeste paulista, no Vale do Ribeira, da década de 1950, de 1960. E essas áreas de terra estão na posse de grandes latifundiários e ninguém quer falar desse assunto.
A Procuradoria-Geral do Estado não quer saber desse assunto, o governador não quer saber desse assunto, mas é bom que se diga. Tem muita terra devoluta, terra do Estado. Eu fui atrás, os registradores, os cartórios registradores sabem disso.
Eu levantei inúmeros processos judiciais e chamei o Incra e chamei o Itesp para discutir isso, mas o "panão" quente veio e ninguém ficou sabendo dessa discussão, de quem é que ocupa as terras do Estado, que deveriam, sim, ser distribuídas para a população pobre, para produzir alimentos.
É disso que se trata o fim do Itesp, é para entregar na mão daqueles que querem continuar roubando as terras do Estado. É disso que se trata. E assistência técnica para os agricultores, para os mais vulneráveis, para aqueles que produzem 70% dos alimentos que vão para as nossas mesas, quem vai dar assistência técnica? A Secretaria da Agricultura? Ah, faça-me o favor!
O secretário nos convidou para ir à secretaria e nos mostrou a proposta. E eu disse para ele: "Secretário, com que dinheiro o senhor vai fazer isso? O senhor não tem orçamento." Sabe o que aconteceu, Leci? Ele ficou quieto. Ele falou: "Ah, mas eu vou fazer devagarzinho.". Ele desmonta prestação de serviço e aí ele vai fazer devagarzinho? Vá contar para outro.
Ele admitiu que as Casas da Agricultura - cadê o deputado Barros Munhoz? -, ele admitiu que chegou a ter dez mil funcionários nas Casas da Agricultura. Sabem quantos tem agora? Três.
Eles precarizam tudo, acabam com tudo para depois passar para a iniciativa privada. É disso que se trata, e nós temos que enfrentar isso. E eu vou para os assentamentos, vou para os acampamentos, vou para os agricultores familiares para dizer quais foram os deputados que concordaram com essa maldade com a Agricultura.
* * *
- Assume a Presidência o Sr. Milton Leite Filho.
* * *
Vamos falar da CDHU, uma empresa superavitária. Vamos falar de outras empresas que estão sendo entregues para vender todo o patrimônio. Vamos falar da inconstitucionalidade que é meter a mão na autonomia das universidades. É inconstitucional. Ele não pode meter a mão na autonomia das universidades. Ele está tirando recurso da Fapesp. Isso não pode.
Esse projeto tem um monte de inconstitucionalidade. Ele é um balaio de gato. É um balaio de gato. E aí, eu não sei se é verdade, deputado Campos Machado, eu não sei se é verdade ou não, mas parece que tem recursos sendo prometidos para deputados que votarem a favor. Eu quero saber dessa história. Eu quero e vou acompanhar as cidades que receberam recurso. Eu quero saber dessa história.
Tem outra coisa, que é a questão da securitização dos recebíveis. O que é isso? Além de tudo o que já disseram aqui, eu não vou repetir, eles pegam uma proposta de recebimento do Estado, fazem uma deflação nela, diminuem o valor dela, entregam para terceiros. E aí sabe o que acontece, deputado Marcio? Tem dez para receber, eles põem que vale um. O banco, a empresa que ficar com aquele montante de dívida vai descapitalizar, o Estado vai receber um tiquinho assim, e o privado um montão assim. É disso que se trata.
Está nesse projeto também essa guerra fiscal que foi dita aqui, é verdade. Tem empresas que vão embora do estado de São Paulo sim, não é mentira não, o deputado Ed Thomas falou a verdade. E tem mais: quais foram as propostas do governador João Doria para a geração de trabalho e renda em tempos de pandemia? Cadê os artigos que nós votamos, que incluímos no PL 350? Alguém viu alguma coisa acontecer?
Sabe o que foi aquilo? Melzinho na chupeta dos deputados, para fazer de conta que atende os deputados. Cadê linha de crédito do FEAP para os agricultores familiares, que foi uma emenda minha? Cadê geração de emprego e renda? Cadê tudo que foi discutido nesta Casa à exaustão? Nada aconteceu, porque um governo de marketing não é um governo de execução.
Então, eu quero dizer a todas as empresas, Fundação Oncocentro, CDHU, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos, Imesc, Sucen, Aesp, Instituto Florestal, todas as entidades que estão na mira do governador João Doria: é para entregar o patrimônio destas empresas para a inciativa privada, é para desmontar o estado de São Paulo, é nisso que eles pretendem fazer com este projeto de lei. Eu quero saber quem são os proprietários das terras devolutas do estado de São Paulo, quero saber e vou entrar na Justiça cobrando isso.
O SR. PRESIDENTE – MILTON LEITE FILHO - DEM - Em votação.
A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE – MILTON LEITE FILHO - DEM - Pela ordem a deputada Marina Helou.
A SRA. MARINA HELOU - REDE - Eu gostaria de encaminhar pela Rede Sustentabilidade.
O SR. PRESIDENTE – MILTON LEITE FILHO - DEM - É regimental. Tem V. Exa. o tempo regimental.
O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT – Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem.
O SR. PRESIDENTE – MILTON LEITE FILHO - DEM - Qual a questão de ordem?
O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM – Sr. Presidente, deu um problema aqui hoje. Com todo o respeito que tenho ao amigo e companheiro deputado Coronel Telhada, ele estava presidindo a Casa com o presidente e o vice-presidente aqui; neste momento, o senhor assumiu a Presidência com o vice-presidente aqui presente no plenário.
O correto era assumir a vice-presidência e não o senhor, que é o segundo secretário da Mesa, em quem eu votei...